



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150548 - PR (2021/0224068-4)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : RODRIGO CESAR DA SILVA MACHADO (PRESO)  
**RECORRENTE** : REINALDO MACIEL GONCALVES  
**ADVOGADO** : RAFAEL MARIO FABIAN - PR066271  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RODRIGO CESAR DA SILVA MACHADO e REINALDO MACIEL GONÇALVES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0025332-16.2021.8.16.0000).

Os recorrentes tiveram decretadas prisões preventivas em seu desfavor sob a acusação de suposta prática dos crimes de homicídio qualificado e fraude processual, previstos no art. 121, §2º, inciso IV, e art. 347, parágrafo único, ambos do Código Penal (fl. 66).

Sustentam que as custódias teriam sido decretadas sem fundamentação idônea que justificasse a medida, com base apenas na gravidade em abstrato do delito, reputando ausentes os seus requisitos autorizadores, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Salientam ostentarem condições pessoais favoráveis, circunstância que denota a desnecessidade da constrição processual na espécie.

Alegam que "estaria perfeitamente assegurado a aplicação da lei penal se fosse imposta a medida cautelar de uso de tornozeleira eletrônica, para ambos" (fl. 144).

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que sejam revogadas suas prisões preventivas, expedindo-se os respectivos alvarás de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente